Conferência nacional deverá discutir a municipalização do sistema de saúde

por Raquel Stenzel
de Brasília

O ministro da Saúde, Adib Jatene, irá propor na 9ª Conferência Nacional de Saúde — que se realiza de 9 a 14 de agosto próximo, em Brasília — a associação de municípios em microrregiões, como forma de viabilizar a municipalização do sistema de saúde. A descentralização através da municipalização, tema central deste encontro, já foi discutida em outras 3 mil conferências municipais e 27 estaduais.

Segundo Jatene, a municipalização já é um consenso e está se buscando, agora, uma forma de viabilizá-la.

Pelo sistema descentralizado, cada município estabelece o seu plano de saúde — definindo necessidades e carências para atender sua população — e o apresenta ao Ministério da Saúde, que faz o repasse das verdas. Contudo, conforme salientou o ministro, esse sistema exige que todos os municípios criem um conselho e um fundo municipal de saúde, e nem sempre isso é possível. De um universo de mais de 5 mil municípios, apenas seiscentos já estabeleceram seus planos.

Adib Jatene

"Talvez a associação dos municípios possa, ao invés de enfraquecer a tese municipalista, fortalecê-la", disse o ministro. A associação de municípios está sendo testada em Santa Catarina e "com bons resultados", afirmou. Os 210 municípios daquele estado foram agrupados em dezoito consórcios que gerenciam a distribuição das guias de internação hospitalar conforme o critério populacional.

A Conferência Nacional de Saúde, convocada de quatro em quatro anos pelo presidente da República, tem por objetivo reunir governo e sociedade em geral para discutir e definir políticas para o setor. Além do tema descentralização, esta 9ª Conferência Nacional irá discutir a Seguridade Social.

O primeiro painel vai abordar a estrutura do País e seus reflexos nas políticas sociais, nas comunidades e na saúde. Entre os participantes estarão o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, e o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

"Quem contribuiu precisa fiscalizar, quem arrecada precisa explicar as fontes e quem aplica precisa prestar contas. Quando isso acontecer, estaremos na plenitude democrática", disse o ministro Jatene. No seu entender, o maior problema da área de saúde no País é o financeiro.

"A Constituição universalizou a saúde, mas não garantiu os meios para cumprir o estabelecido", disse. "Não existe verba destinada à saúde. Tudo depende da arrecadação." O orçamento deste ano para o Ministério da Saúde era de Cr$ 28 trilhões contudo a arrecadação ficou aquém das expectativas e o orçamento atual é de apenas Cr$ 19 trilhões, explicou o ministro.

O ministro Adib Jatene se reuniu, ontem pela manhã, com os secretários estaduais de Saúde para discutir os problemas das fraudes hospitalares. Ficou acertado que será realizada uma auditoria em dois ou três municípios de cada estado para avaliar a dimensão das fraudes hospitalares. Segundo o ministro Jatene, em Santa Catarina trabalho semelhante foi realizado em 15% das guias de internação e foi constatado que 6% desse total era fraudulento. O ministro admitiu que os hospitais poderão ser descredenciados, caso seja comprovada a má fé.

FINSOCIAL

A secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck, fez ontem um balanço sobre o pagamento do Finsocial. Ela, segundo a agência Brasil, informou que já estão pagando o Finsocial, os setores financeiro, farmacêutico e de cosméticos, mas continuam as negociações com os setores de plástico, de alimentação, de supermercados, automotivo, de higiene e limpeza e da indústria química.